



Nova Friburgo, 08 de abril de 2026.

Para: Monique Borges de Azevedo
Agente de Contratação - Matr.: 115.269

De: Willian R.G. Borges
Membro da Comissão de Contratação - Matr.: 300.817

Referente: Análise de Exequibilidade da Proposta - Proc. nº016386/2025
Concorrência Eletrônica nº 90003/2026

A fim de instruir o processo para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA, REFORÇO ESTRUTURAL E CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA NA E.M. AMÉRICO VENTURA FILHO, registra-se que a empresa **VERDES MARES CONSTRUCOES LTDA.** apresentou as peças técnicas exigidas para participação no certame:

- *Proposta de preços assinada;*
- *Planilha orçamentária com descontos;*
- *Cronograma físico-financeiro;*
- *Declaração unificada;*
- *Declaração de ME / EPP;e*
- *Demonstrativo da composição do B.D.I.*

Abaixo seguem os apontamentos decorrentes da análise técnica realizada por este membro da comissão:

DA ANALISE EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA:

De início, a empresa apresentou proposta de preços formalmente adequada, contendo a identificação completa da licitante, a correta descrição do objeto, valor global de **R\$ 1.669. 035,40**, prazo de validade de 60 dias e assinatura do representante legal. Ressalta-se que o valor global ofertado está em conformidade com os valores constantes nas demais peças técnicas do processo.

Pois bem, no exame inicial da proposta apresentada, verifica-se que o valor global ofertado se encontra abaixo do limite de 75% do orçamento



estimado pela Administração, circunstância que, conforme dispõe o art. 59, §4º, da Lei nº 14.133/2021, o que gera a presunção de inexequibilidade e impõe à licitante o dever de comprovar a viabilidade de sua execução.

De se constatar que, a proposta apresentada pela empresa, no valor de R\$ 1.669.035,40, corresponde a aproximadamente 74% do orçamento estimado pela Administração. Nos termos do art. 59, §4º, da Lei nº 14.133/2021, propostas inferiores a 75% do valor orçado são presumidas inexequíveis, cabendo ao licitante comprovar, de forma robusta, a viabilidade da execução contratual.

Entretanto, observa-se que a documentação apresentada não contém elementos técnicos ou econômicos suficientes, como planilhas detalhadas, composições de preços ou comprovantes de custos atuais, que afastem a presunção legal de inexequibilidade.

Nessas condições, a proposta enquadra-se na hipótese de inexequibilidade prevista no inciso III do art. 59, e não atende, de forma objetiva, ao disposto no inciso IV do mesmo artigo, que exige comprovação efetiva da viabilidade integral da oferta.

Diante do exposto, registra-se que a documentação apresentada encontra respaldo no item 13.8 do edital, mas não afasta de forma clara a presunção de inexequibilidade prevista no art. 59 da Lei nº 14.133/2021. Recomenda-se, portanto, que a licitante complemente as informações já apresentadas, de forma a demonstrar objetivamente a viabilidade da proposta. Encaminha-se o presente parecer à apreciação dos demais membros da Comissão.

Sem mais para o momento, subscrevo-me.

Willian Borges

Matrícula nº 300.817